



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ – CONCURSO PÚBLICO

PROVA OBJETIVA: 18 de novembro de 2012

NÍVEL SUPERIOR

Cargo: TÉCNICO ESPECIALIZADO - ARQUITETO

Nome do Candidato: _____
Nº de Inscrição: _____

Assinatura

INSTRUÇÕES AO CANDIDATO

- Confira se a prova que você recebeu corresponde ao cargo/nível de escolaridade ao qual você está inscrito, conforme consta no seu cartão de inscrição, cartão-resposta e formulário de redação. Caso contrário comunique imediatamente ao fiscal de sala.**
- Confira se, além deste BOLETIM DE QUESTÕES, você recebeu o CARTÃO-RESPOSTA, destinado à marcação das respostas das questões objetivas, e o FORMULÁRIO DE REDAÇÃO, destinado à transcrição definitiva da redação.
- Este BOLETIM DE QUESTÕES contém 70 (setenta) questões objetivas, sendo 10 de Língua Portuguesa, 10 de Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Cíveis da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas do Estado do Pará, 10 de Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará e 40 de Conhecimentos Específicos e Prova de Redação. Caso exista alguma falha de impressão, comunique imediatamente ao fiscal de sala. Na prova há espaço reservado para rascunho. Esta prova terá duração de 04 (quatro) horas, tendo seu início às 8:00h e término às 12:00h (horário local).
- Cada questão objetiva apresenta 04 (quatro) opções de resposta, identificadas com as letras (A), (B), (C) e (D). Apenas uma responde adequadamente à questão, considerando a numeração de 01 a 70.
- Confira se seu nome, número de inscrição, cargo de opção e data de nascimento, consta na parte superior do CARTÃO-RESPOSTA que você recebeu. Caso exista algum erro de impressão, comunique imediatamente ao fiscal de sala, a fim de que o fiscal registre na Ata de Sala a devida correção.
- É obrigatório que você assine a LISTA DE PRESENÇA e o CARTÃO-RESPOSTA do mesmo modo como está assinado no seu documento de identificação.
- A marcação do CARTÃO-RESPOSTA e a transcrição definitiva da redação no FORMULÁRIO DE REDAÇÃO devem ser feitas somente com caneta esferográfica de tinta preta ou azul, pois lápis não será considerado.
- A maneira correta de marcar as respostas no CARTÃO-RESPOSTA é cobrir totalmente o espaço correspondente à letra a ser assinalada, conforme o exemplo constante no CARTÃO-RESPOSTA.
- Em hipótese alguma haverá substituição do CARTÃO-RESPOSTA e/ou do FORMULÁRIO DE REDAÇÃO por erro do candidato. A substituição só será autorizada se for constatada falha de impressão.
- O CARTÃO-RESPOSTA é o único documento válido para o processamento de suas respostas, assim como, o FORMULÁRIO DE REDAÇÃO é o único documento considerado para a correção da sua redação.
- O candidato deverá permanecer, obrigatoriamente, na sala de realização da prova por, no mínimo, uma hora após o início da prova. A inobservância acarretará a eliminação do concurso.
- O candidato deverá devolver no final da prova, o BOLETIM DE QUESTÕES, o CARTÃO-RESPOSTA e o FORMULÁRIO DE REDAÇÃO.
- Será automaticamente eliminado do Concurso Público do Ministério Público do Estado do Pará o candidato que durante a realização da prova descumprir os procedimentos definidos nos Editais do referido concurso.

Boa Prova.

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto abaixo para responder às questões de **01** a **07**.

1 O JEITINHO BRASILEIRO expressa duas características. A positiva é a capacidade de
2 adaptação em diferentes situações. Isso dá ao país uma flexibilidade política e uma capacidade
3 de inovação invejáveis. O lado negativo é uma ambigüidade em relação às regras. Isso afeta o
4 sistema político e as instituições, que por vezes operam com um certo desprezo pelas regras
5 formais do jogo político.

6 Esta flexibilidade também está ligada ao “familismo amoral”, um padrão moral que
7 privilegia as relações familiares e permite um desrespeito às regras daquilo que é público. Essa
8 é a dimensão do comportamento brasileiro que mais propicia a corrupção. Percorremos um
9 importante caminho até considerar essas práticas negativas para o sistema político, mas ainda
10 não conseguimos superá-las.

11 Corrupção depende da percepção, já que quem é corrupto não o admite publicamente.
12 Não existe método para classificá-la internacionalmente. Ela varia de acordo com a liberdade de
13 imprensa e das instituições democráticas de cada país. Os índices, principalmente o da
14 Transparência Internacional, não consideram essas dimensões. Então, vemos países com
15 ótimas performances comparativas, mas sem mecanismos democráticos, como a Malásia.
16 Hoje, o Brasil está distante de aceitar uma postura de “roubo, mas faço”. Mas esse sistema
17 político se deslegitima quando a opinião pública percebe que ele não consegue tratar da
18 corrupção no seu interior.

19 O grande problema não é perceber a corrupção, mas puni-la. O combate está muito
20 concentrado no Executivo, especialmente na Polícia Federal. Já a mídia não tem um papel
21 muito claro. Ela prefere novos casos a seguir até o final os já existentes. Poderia ser mais
22 transparente, acompanhar exaustivamente toda a tramitação e exercer uma pressão maior
23 sobre o Judiciário para que as punições ocorram.

Resposta de Leonardo Avritzer ao questionamento “O jeitinho brasileiro é uma forma de corrupção?”, publicada na
Revista de História da Biblioteca Nacional, nº 42, de março de 2009.

- 01.** Ao posicionar-se sobre o comportamento político no Brasil, a tese defendida pelo autor do texto é:
(A) o jeitinho brasileiro propicia a corrupção, mas permite ao país certa flexibilidade política.
(B) embora o jeitinho brasileiro permita ao país certa flexibilidade política, esse tipo de comportamento propicia a corrupção.
(C) o jeitinho brasileiro permite ao país certa flexibilidade política, apesar de esse tipo de comportamento propiciar a corrupção.
(D) mesmo que o jeitinho brasileiro propicie a corrupção, esse tipo de comportamento permite ao país certa flexibilidade política.
- 02.** No trecho “O lado negativo é uma ambigüidade em relação às regras.” (linha 3), a palavra em destaque expressa uma postura do brasileiro em relação às regras do jogo político que se pode julgar como
(A) renovada.
(B) vacilante.
(C) indiferente.
(D) hostil.
- 03.** O trecho em que o autor expressa uma avaliação positiva em relação ao comportamento político no Brasil é
(A) “Corrupção depende da percepção, já que quem é corrupto não o admite publicamente.” (linha 11).
(B) “Hoje, o Brasil está distante de aceitar uma postura de ‘roubo, mas faço’.” (linha 16).
(C) “O grande problema não é perceber a corrupção, mas puni-la.” (linha 19).
(D) “O combate está muito concentrado no Executivo, especialmente na Polícia Federal.” (linhas 19 e 20).

- 04.** Na expressão “familismo amoral”, a palavra em destaque, formada pelo sufixo “-ismo”, designa um(uma)
- (A) corrente de pensamento, tal qual a palavra “marxismo”.
 - (B) estilo artístico, tal qual a palavra “romantismo”.
 - (C) conduta ideológica, tal qual a palavra “machismo”.
 - (D) terminologia científica, tal qual a palavra “alcoolismo”.
- 05.** O período em que a ausência de um complemento nominal compromete o entendimento do texto é
- (A) “A positiva é a capacidade de adaptação em diferentes situações.” (linhas 1 e 2).
 - (B) “Isso afeta o sistema político e as instituições, que por vezes operam com um certo desprezo pelas regras formais do jogo político.” (linhas 3 a 5).
 - (C) “Os índices, principalmente o da Transparência Internacional, não consideram essas dimensões.” (linhas 13 e 14).
 - (D) “Poderia ser mais transparente, acompanhar exaustivamente toda a tramitação e exercer uma pressão maior sobre o Judiciário para que as punições ocorram.” (linhas 21 a 23).
- 06.** O período em que um pronome demonstrativo substitui, no texto, um constituinte oracional para evitar a repetição é
- (A) “Esta flexibilidade também está ligada ao “familismo amoral”, um padrão moral que privilegia as relações familiares e permite um desrespeito às regras daquilo que é público.” (linhas 6 e 7).
 - (B) “Corrupção depende da percepção, já que quem é corrupto não o admite publicamente.” (linha 11).
 - (C) “Os índices, principalmente o da Transparência Internacional, não consideram essas dimensões.” (linhas 13 e 14).
 - (D) “O grande problema não é perceber a corrupção, mas puni-la.” (linha 19).
- 07.** No trecho “Já a mídia não tem um papel muito claro. Ela prefere novos casos a seguir até o final os já existentes.” (linhas 20 e 21), o conectivo que pode ser utilizado para articular os dois períodos é
- (A) pois.
 - (B) contudo.
 - (C) portanto.
 - (D) quando.

RASCUNHO

Leia o texto abaixo para responder às questões de **08** a **10**.

Corrupcionário

- 1 Por sua natureza fugitiva, a corrupção atende por vários nomes. Engana-se quem pensa
2 que ela é jovem e brasileira. Confira abaixo um pequeno apanhado de termos ligados à
3 corrupção em outras épocas e em outros países.
- 4 **Colarinho branco** – Expressão criada pelo sociólogo norte-americano Edwin Sutherland,
5 que ganhou destaque por pesquisar delitos de pessoas de altas posições sociais. Na contramão
6 de teorias de seu tempo, Edwin desvinculou criminalidade e pobreza. Não faltaram motivos: em
7 um estudo sobre setenta grandes empresas, encontrou um total de 980 faltas perante a lei.
- 8 **Escroquerie** – O termo francês designa a utilização de meios fraudulentos para obter
9 ganhos prejudicando terceiros. Está muito ligado ao universo financeiro e é a origem da palavra
10 brasileira “escroque”, que tem significado semelhante.
- 11 **Santo Unhate** – Da pena de Gregório de Matos saíram críticas ácidas aos desmandos
12 de autoridades coloniais. O santo cujo nome vinha de “unhar”, quer dizer, roubar, foi criado para
13 denunciar o português que chegava à Colônia “saltando no cais descalço, roto e despido”, e
14 enriquecia de maneira desonesta.

Excerto extraído da Revista de História da Biblioteca Nacional, nº 42, março de 2009.

- 08.** Os comentários que seguem os verbetes listados no texto “Corrupcionário” servem à
- (A) criação das palavras e expressões que se referem à corrupção.
 - (B) correção das palavras e expressões que se referem à corrupção.
 - (C) avaliação das palavras e expressões que se referem à corrupção.
 - (D) contextualização das palavras e expressões que se referem à corrupção.
- 09.** Com base no comentário que segue o verbete “Colarinho branco”, infere-se que o sociólogo Edwin Sutherland rejeita a tese de que
- (A) a pobreza seja a causa da criminalidade.
 - (B) a criminalidade seja proporcional à pobreza.
 - (C) a pobreza seja consequência da criminalidade.
 - (D) a criminalidade seja comparável à pobreza.
- 10.** O trecho em que falta uma vírgula para demarcar os limites de uma oração explicativa é
- (A) “Expressão criada pelo sociólogo norte-americano Edwin Sutherland, que ganhou destaque por pesquisar delitos de pessoas de altas posições sociais.” (linhas 4 e 5).
 - (B) “O termo francês designa a utilização de meios fraudulentos para obter ganhos prejudicando terceiros.” (linhas 8 e 9).
 - (C) “Da pena de Gregório de Matos saíram críticas ácidas aos desmandos de autoridades coloniais.” (linhas 11 e 12).
 - (D) “O santo cujo nome vinha de “unhar”, quer dizer, roubar, foi criado para denunciar o português que chegava à Colônia “saltando no cais descalço, roto e despido”, e enriquecia de maneira desonesta.” (linhas 12 a 14).

RASCUNHO

**REGIME JURÍDICO ÚNICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS DA ADMINISTRAÇÃO
DIRETA, DAS AUTARQUIAS E DAS FUNDAÇÕES PÚBLICAS DO ESTADO DO PARÁ**

11. O serviço extraordinário será pago com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) em relação à hora normal de trabalho, não podendo exceder ao limite de _____, salvo para os servidores integrantes de categorias funcionais com horários diferenciados em legislação própria.

- A expressão que completa corretamente a lacuna acima é

- (A) 40 (quarenta) horas mensais.
- (B) 60 (sessenta) horas anuais.
- (C) 60 (sessenta) horas semestrais.
- (D) 60 (sessenta) horas mensais.

12. Ao titular de cargo para cujo exercício a lei exija habilitação correspondente à conclusão do grau universitário, a gratificação de escolaridade calculada sobre o vencimento será devida na quantia correspondente a

- (A) 80% (oitenta por cento).
- (B) 20% (vinte por cento).
- (C) 40% (quarenta por cento).
- (D) 70% (setenta por cento).

13. É vedado ao servidor:

- (A) facilitar revelação ou deixar de revelar fato de que tem ciência em razão do cargo, por alegação de que deve permanecer em sigilo.
- (B) deixar de comparecer ao serviço, sem causa justificada, por 30 (trinta) dias consecutivos ou alternados.
- (C) participar da gerência ou administração de associação ou sociedade subvencionada pelo Estado, inclusive as consideradas entidades comunitárias e associação profissional ou sindicato.
- (D) participar de gerência ou de administração de empresa privada, de sociedade civil; ou exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário.

14. A contribuição previdenciária do servidor público incidirá sobre a remuneração

- (A) líquida do servidor, exceto salário-família, com a conseqüente repercussão em benefícios.
- (B) total do servidor, exceto salário-família, com a conseqüente repercussão em benefícios.
- (C) total do servidor, exceto salário-família, sem repercussão em benefícios.
- (D) total do servidor, incluindo o salário-família, com a conseqüente repercussão em benefícios.

15. As penas disciplinares serão aplicadas através de _____, no caso de demissão, destituição de cargo em comissão ou de função gratificada, cassação de aposentadoria ou de disponibilidade.

- A expressão que completa corretamente a lacuna acima é

- (A) portaria.
- (B) ato judiciário.
- (C) decreto.
- (D) processo administrativo.

16. No inquérito, o depoimento será prestado oralmente e reduzido a termo,

- (A) não sendo lícito à testemunha trazê-lo por escrito.
- (B) sendo uma prerrogativa da testemunha trazê-lo por escrito.
- (C) sendo obrigatório à testemunha juntá-lo por escrito ao processo.
- (D) podendo também ser entregue por escrito pela testemunha.

17. Promoção é a progressão funcional do servidor _____ a uma posição que lhe assegure maior _____, dentro da mesma categoria funcional, obedecidos os critérios de antiguidade e merecimento, _____.

- As expressões que completam corretamente as lacunas acima são, respectivamente,

- (A) em estágio probatório, vencimento base, cumulativamente.
- (B) estável, vencimento bruto, alternadamente.
- (C) estável, vencimento base, alternadamente.
- (D) em estágio probatório, vencimento bruto, cumulativamente.

18. No período de _____ antes de findo o período do estágio probatório, será submetida à homologação da autoridade competente a avaliação do desempenho do servidor, realizada de acordo com o que dispuser a lei ou regulamento do sistema de carreira.

- A expressão que completa corretamente a lacuna acima é

- (A) pelo menos cinco meses.
- (B) quatro meses.
- (C) dois meses.
- (D) seis meses.

19. O servidor será aposentado:

- (A) compulsoriamente, aos 70 (setenta) anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de serviço
- (B) por invalidez permanente, com proventos proporcionais, quando decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional, ou doença grave ou incurável especificada em lei
- (C) voluntariamente aos 35 (trinta e cinco) anos de serviço, se homem, e aos 25 (vinte e cinco) anos, se mulher, com proventos proporcionais a esse tempo
- (D) compulsoriamente aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se mulher, e aos 60 (sessenta), se homem, com proventos proporcionais ao tempo de serviço

20. Na aprovação em concurso público, caso ocorra empate de candidatos não pertencentes ao serviço público do Estado, decidir-se-á em favor do

- (A) servidor federal.
- (B) mais qualificado.
- (C) que tiver obtido maior nota na prova de títulos.
- (D) mais idoso.

RASCUNHO

LEI ORGÂNICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

21. Constitui órgão auxiliar do Ministério Público:

- (A) o Conselho Superior do Ministério Público.
- (B) o Procurador-Geral de Justiça.
- (C) o Centro de Apoio Operacional.
- (D) os Procuradores de Justiça.

22. Constitui vedação imposta ao membro do Ministério Público:

- (A) o exercício da função do magistério, independente de prévia autorização, já que referido acúmulo de atividades constitui prerrogativa constitucional.
- (B) as funções não remuneradas exercidas em curso ou escola mantidas por associação de classe ou fundações a ela vinculadas estatutariamente.
- (C) as atividades exercidas em entidades de representação de classe.
- (D) o exercício da função do magistério, desde que autorizado pelo Conselho Superior, conforme seu Regimento Interno.

23. São considerados como de efetivo exercício, para todos os efeitos legais, exceto para garantia de _____, os dias em que o membro do Ministério Público estiver afastado de suas funções em razão de férias e licenças previstas em Lei Complementar.

- A expressão que completa corretamente a lacuna acima é

- (A) irredutibilidade de subsídios.
- (B) inamovibilidade.
- (C) vitaliciedade.
- (D) promoção por merecimento.

24. Após cada _____ ininterrupto de efetivo exercício, o membro do Ministério Público fará jus à licença-prêmio de _____, sem prejuízo do subsídio.

- As expressões que completam corretamente as lacunas acima são, respectivamente,

- (A) triênio, sessenta dias.
- (B) triênio, trinta dias.
- (C) quinquênio, trinta dias.
- (D) quinquênio, sessenta dias.

25. Sobre a remoção voluntária, é correto afirmar que

- (A) as vagas decorrentes desse tipo de remoção poderão ser objeto de novo concurso.
- (B) dar-se-á remoção voluntária a candidato que tiver sido promovido ou removido há menos de seis meses.
- (C) essa remoção se dará sempre de um para outro cargo de igual entrância ou categoria.
- (D) dar-se-á remoção por antiguidade ao membro do Ministério Público que tiver sido removido por permuta nos últimos vinte e quatro meses.

26. Sobre o Colégio de Procuradores de Justiça, é correto afirmar que

- (A) poderá instituir comissões temáticas, permanentes ou temporárias, compostas por cinco de seus membros, sob a presidência do mais antigo deles na carreira do Ministério Público.
- (B) reúne-se ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente por convocação do Procurador-Geral de Justiça ou por iniciativa de um terço de seus membros.
- (C) suas sessões instalam-se com a presença da maioria relativa de seus membros, não considerados, para o efeito de quorum, os que estiverem em gozo de férias, licença, ou, por qualquer outro motivo, afastados das funções ou da carreira.
- (D) em cada exercício, a falta injustificada do Procurador de Justiça a três sessões consecutivas ou a cinco sessões alternadas, incluindo as solenes, importa na suspensão automática de suas atribuições perante o colegiado pelo período de trinta dias.

27. A prescrição da punibilidade da infração disciplinar ocorre

- (A) em cinco anos, se a infração não for sujeita às penas de perda do cargo ou de cassação da aposentadoria; em dois anos, se a infração for sujeita às penas de perda do cargo ou de cassação da aposentadoria.
- (B) em dois anos, se a infração não for sujeita às penas de perda do cargo ou de cassação da aposentadoria; em cinco anos, se a infração for sujeita às penas de perda do cargo ou de cassação da aposentadoria.
- (C) em dois anos, se a infração for sujeita às penas de perda do cargo ou de cassação da aposentadoria; em cinco anos, se a infração for sujeita às penas de perda do cargo ou de cassação da aposentadoria.
- (D) em dois anos, se a infração for sujeita às penas de perda do cargo ou de cassação da aposentadoria; em cinco anos, se a infração não for sujeita às penas de perda do cargo ou de cassação da aposentadoria.

28. Constitui procedimento disciplinar preliminar (PDP) a sindicância, de caráter _____, instaurada mediante _____, quando o ato ou fato a ser apurado for, de início, indeterminado, _____.

- As expressões que completam corretamente as lacunas acima são, respectivamente,

- (A) investigatório, portaria do Corregedor-Geral do Ministério Público, ou quando deles tomar conhecimento oficiosamente.
- (B) investigatório, portaria do Corregedor-Geral do Ministério Público, sendo vedado o conhecimento oficioso do processo.
- (C) investigatório, denúncia de qualquer promotor de justiça do Ministério Público, sendo vedado o conhecimento oficioso do processo.
- (D) investigatório, resolução do Colégio de Procuradores do Ministério Público, ou quando deles tomar conhecimento oficiosamente.

29. O Procurador-Geral de Justiça é nomeado pelo _____ dentre os integrantes do Colégio de Procuradores de Justiça com mais de _____ anos de idade, mediante lista tríplice elaborada na forma de Lei Complementar para mandato de _____, permitida uma recondução, observado o mesmo procedimento.

- As expressões que completam corretamente as lacunas acima são, respectivamente,

- (A) Chefe do poder executivo, trinta e cinco, um ano.
- (B) Chefe do poder executivo, vinte e um, dois anos.
- (C) Chefe do poder executivo, trinta e cinco, dois anos.
- (D) Chefe do poder executivo, sessenta, um ano.

30. O(A) _____, órgão da Administração Superior e de Execução do Ministério Público, é constituído pelo Procurador-Geral de Justiça e pelo Corregedor-Geral do Ministério Público, como membros _____, e por mais um sexto dos Procuradores de Justiça, como membros _____.

- As expressões que completam corretamente as lacunas acima são, respectivamente,

- (A) Conselho Superior, efetivos, natos.
- (B) Corregedoria-Geral do Ministério Público, efetivos, natos.
- (C) Corregedoria-Geral do Ministério Público, natos, efetivos.
- (D) Conselho Superior, natos, efetivos.

RASCUNHO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. Os índices de aproveitamento em lotes urbanos, conforme definidos em legislações urbanísticas municipais, são utilizados para definir parâmetros de ocupação que visam alcançar, na escala do(a)

- (A) lote, condições para definir o percentual de percolação do solo nos afastamentos obrigatórios da legislação.
- (B) quadra, o limite para a quantidade de solo criado, a ser outorgado onerosamente.
- (C) bairro, a definição das densidades máximas em função da massa construtiva permitida por lote, até o limite definido no zoneamento urbano.
- (D) cidade, o indicador dos limites para o parcelamento e a expansão urbana.

32. As zonas constantes das leis de uso e ocupação do solo serão definidas a partir do Plano Diretor, que considerará a realidade socioeconômica, ambiental e espacial dos assentamentos urbanos. Quanto à conformação do zoneamento,

- (A) a compatibilidade de usos do solo no zoneamento constitui uma das qualidades necessárias para evitar o adensamento excessivo das cidades.
- (B) o uso exclusivo residencial constitui-se medida a ser perseguida pela gestão urbanística, devido à necessidade de evitar a formação de corredores de comércio nas cidades.
- (C) zonas de proteção ambiental são exceções ao zoneamento de usos e devem ser gerenciadas por órgãos ambientais, sem a participação da gestão urbanística.
- (D) zonas de uso misto são preferenciais, desde que sejam resguardados aspectos de segurança e salubridade na ocupação do solo urbano.

33. Os projetos de desenho geométrico de vias em projetos urbanísticos seguem uma hierarquização de vias encontrada na legislação urbanística. Para o desenvolvimento de tais projetos, é necessário

- (A) definir a função de cada via na cidade, considerando demandas de transporte, alinhamentos e centralidades existentes e a serem criadas.
- (B) limitar a instalação de equipamentos urbanos que tragam modificações no entorno de áreas residenciais.
- (C) especificar os materiais de pavimentação segundo os custos previstos nos planos plurianuais do município.
- (D) estabelecer as densidades máximas por uso do solo nas áreas de maior tráfego, tais como entorno de escolas e hospitais.

34. Os instrumentos de gestão urbanística contêm parâmetros legais para a regulação do parcelamento, uso e ocupação do solo urbano, e representam estratégias de planejamento urbano. Sobre eles, é correto afirmar que

- (A) as taxas de ocupação e índices de aproveitamento são básicos para a definição de uma densidade urbana apropriada, segundo o plano diretor municipal.
- (B) a taxa de ocupação, o índice de aproveitamento, os afastamentos e a taxa de permeabilidade do solo, ao serem definidores da forma dos edifícios, não possuem dimensão urbanística.
- (C) obrigam os projetistas a seguir um conjunto de limitações bastante restritivo, que os impede de conceber estruturas e equipamentos urbanos com impactos positivos para processos físico-ambientais e socioambientais na cidade.
- (D) os afastamentos das edificações não se constituem em medidas de conforto ambiental na escala urbana.

RASCUNHO

35. Considere uma gleba de terra de propriedade particular ocupada há cerca de 10 anos por famílias de baixa renda que atualmente iniciaram uma ação de Usucapião Especial Urbano, ação sobre a qual o Ministério Público deverá proceder ao acompanhamento durante o processo. Assinale a alternativa que representa o conjunto de informações que devem ser observadas acerca da possibilidade de regularização fundiária e projeto urbanístico para a área.

- (A) Por tratar-se de propriedade privada, a ação de Usucapião Especial Urbano deverá inicialmente demandar ao poder público o gravame da mesma como área pública, uma vez que ações dessa natureza não podem incidir sobre áreas privadas, devendo os lotes ser definidos com área de até 250 m² por família.
- (B) As áreas reservadas para os espaços livres de uso público, de equipamentos urbanos e comunitários e para o sistema de circulação, apesar de serem destinados à ocupação por famílias usucapidas, deverão ser proporcionais à densidade de ocupação prevista pelo plano diretor ou aprovada por lei municipal para a zona em que o loteamento se situe.
- (C) Ao ser feita a regularização fundiária por meio do Instrumento Usucapião Especial Urbano, os padrões urbanísticos de parcelamento do solo e reserva de áreas, conforme definido na Legislação Municipal, deverão respeitar a legislação federal quanto às áreas destinadas a sistemas de circulação e à implantação de equipamento urbano e comunitário.
- (D) As áreas de encostas, alagadas ou sujeitas a alagamento e sem condições de drenagem, ou áreas de ocupação restrita legalmente deverão ser consideradas pelo plano de urbanização para alcançar as densidades previstas pelo Plano Diretor Urbano, considerando a necessidade de área mínima do lote de 250m² por família.

36. A Lei nº 11.977/2009 criou instrumentos e mecanismos específicos para a regularização fundiária de interesse social, com o objetivo de facilitar e agilizar a concretização do direito à moradia, dentre os quais a demarcação urbanística, a legitimação de posse e a regularização fundiária em Áreas de Preservação Permanente – APP's. Quanto a esses instrumentos e sua utilização em ações de regularização fundiária de interesse social,

- (A) a legitimação de posse é a identificação pelo poder público de uma situação onde há posse mansa e pacífica de uma área por pessoas que não possuem título de propriedade ou de concessão, sendo um instrumento voltado para o reconhecimento da posse de moradores de áreas objeto de demarcação urbanística.
- (B) as zonas especiais de interesse social serão criadas exclusivamente pelos requerentes de regularização fundiária cadastrados em programas habitacionais do município, tendo em vista os demais instrumentos previstos, em particular, a legitimação de posse.
- (C) as áreas de preservação permanente, juntamente com a demarcação urbanística, conforme previstos na legislação, constituem-se em instrumentos para que o poder público possa estabelecer um processo de legitimação de posse.
- (D) a regularização fundiária em Áreas de Preservação Permanente - APP's - somente será realizada em áreas urbanas não consolidadas que permitam a recuperação ambiental das áreas ocupadas irregularmente por população de baixa renda.

37. Segundo a lei de licitações (Lei 8.666 de 1993), quando da definição de orçamentos de obras públicas, os limites impostos para a contratação relaciona-se ao seguinte nível de projeto de arquitetura:

- (A) Projeto básico, por apresentar os elementos necessários para que uma licitação possa ser aberta sem prejuízo das exigências dos órgãos de controle da execução orçamentária e financeira do órgão público contratante.
- (B) Projetos complementares, por apresentarem todos os serviços que serão contratados para a execução das obras.
- (C) Projeto executivo, com os memoriais descritivos e os elementos necessários para a abertura de uma licitação, incluindo quantitativos e especificações de materiais.
- (D) Partido geral da edificação e os documentos de propriedade da terra, como garantia da legalidade do terreno onde o projeto será executado.

38. As peças gráficas que compõem um projeto executivo incluem plantas, cortes, elevações e detalhamentos e compõem o conjunto de elementos necessários para a execução completa de obras públicas. Segundo preceitua a sequência prevista pela lei de licitações (Lei 8.666 de 1993) para a contratação de serviços, no caso de projetos de arquitetura, assinale a alternativa correta.

- (A) Por se tratar de uma etapa posterior, a licitação e o desenvolvimento de projetos executivos podem ocorrer concomitantemente com as obras, desde que aprovado pelo autor do projeto de arquitetura.
- (B) Os projetos executivos não podem ser desenvolvidos durante a execução de obras por ferir o dispositivo da probidade administrativa.
- (C) O desenvolvimento de projetos executivos após o início das obras de construção será autorizado pela Administração pública, sem prejuízo da sequência definida na lei.
- (D) Os projetos executivos serão precedidos por projetos básicos, desde que a administração opte por obras com valor superior ao limite de dispensa de licitação.

39. Quanto às aplicações de procedimentos metodológicos para a definição do projeto de arquitetura, em termos técnicos,

- (A) a metodologia de projeto de arquitetura pressupõe grande sensibilidade do arquiteto, que deve captar as impressões do cliente e traduzi-las em plasticidade e tendências de especificação de materiais sedutoras e contemporâneas.
- (B) as etapas metodológicas na definição de um projeto de arquitetura são procedimento desnecessário, uma vez que pode haver simplificação mediante exigências de mercado, com uso de entrevista para elaboração de programa de necessidades e apresentação de estudos baseados em plantas e simulações em 3D.
- (C) a aplicação de itens, como a listagem do programa de necessidades ou a planilha da matriz de relacionamentos, é viável apenas em projetos de grande porte, com alta complexidade entre ambientes, usos e fluxos.
- (D) controle e avaliação da execução são aspectos das metodologias de elaboração de projetos em etapas cumulativas de conhecimento técnico, empírico e sistematização de dados, traduzidos em diagramas gráficos e soluções espaciais.

40. Os projetos de paisagismo em áreas urbanas são desenvolvidos levando em consideração as peculiaridades climáticas de cada localidade. Considerando áreas urbanas localizadas na faixa equatorial, onde predomina clima quente e úmido, são requisitos para o desenvolvimento de um projeto de paisagismo de forma adequada ao condicionamento climático para esse clima:

- (A) passeios pavimentados, com material que garanta a percolação da água; ocupação de lote com afastamentos e espécies vegetais que produzam sombra e que garantam a circulação do vento.
- (B) passeios não pavimentados, para que seja possível permeabilidade total no pavimento; ocupação de lotes em declive, como forma de aumentar a circulação de vento, e poucas sombras para aumentar o arrefecimento com as chuvas frequentes.
- (C) passeios cobertos e pavimentados com material que permita o escoamento sem percolação no solo; espécies vegetais que não aumentem a sensação de calor.
- (D) passeios pavimentados e parcelamento com lotes irregulares, tendo em vista dotar o assentamento de desenho urbano humanizado.

RASCUNHO

41. O projeto, a execução e a análise de desempenho de edificações e espaços urbanos constituem atribuição profissional do arquiteto e urbanista, que também elabora planejamento e projeto paisagísticos de sistemas de espaços livres. Sobre as **funções** do paisagismo e sua interface com as edificações na cidade, é correto afirmar que

- (A) se trata de uma postura ética contemporânea, no sentido de preservar e conservar as porções de natureza residual nas edificações da cidade, o que ajuda decisivamente no *marketing* urbano, por associar à imagem dos lugares a idéia de sustentabilidade.
- (B) consiste na criação de amenidades para mitigar os efeitos danosos do ruído e da poluição visual urbanos, onde o uso da vegetação em espaços fechados ou abertos induz à formação de ambientes bucólicos e incentiva a convivência social.
- (C) é medida apropriada para a melhoria das condições ambientais de edificações e espaços urbanos, devendo, no entanto, ser usada com parcimônia, em função do indesejável efeito do adensamento excessivo das árvores sobre o calor urbano.
- (D) a vegetação pode agir como massa retentora de partículas poluentes do ar, como medida de estabilização de terrenos, como fator contribuinte na amenização de ilhas de calor urbanas e como elemento de anteparo e filtro da insolação.

42. No caso de obras civis, tais como escolas, hospitais e outros equipamentos públicos que tiverem seus projetos de arquitetura desenvolvidos em determinado exercício financeiro, para que as obras de construção possam ser licitadas,

- (A) seus orçamentos necessitam estar previstos em planos plurianuais, devido ao cumprimento de metas estabelecidas e como parte das políticas públicas indicadas nos respectivos anos contidos no plano.
- (B) os projetos básicos aprovados pela autoridade competente são dispensáveis e não necessitam estar disponíveis para exame dos interessados em participar do processo licitatório.
- (C) o orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários são inexigíveis por ocasião da realização da licitação.
- (D) a previsão de recursos orçamentários que assegure o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executados constará no exercício financeiro seguinte, de acordo com o respectivo cronograma.

43. A opção de utilização de estruturas de cobertura em abóbadas nas construções está associada à faculdade dessa estrutura de

- (A) permitir soluções de grande leveza e a cobertura de enormes vãos, devido à combinação da capacidade de concentrar os esforços à de uso estrito de pilares.
- (B) quando em concreto armado, possibilitar a distribuição de esforços em todas as direções de uma superfície, o que propicia a construção de cúpulas com frentes abertas ou longitudinais.
- (C) quando construídas em concreto armado, funcionar estruturalmente com o descarregamento de forças em um núcleo central e possibilitar vencer vãos de dimensões reduzidas.
- (D) por se tratarem de estruturas pendentes, distribuir as formas por meio de momentos negativos ao longo da periferia que as circunda.

44. A medição de obras refere-se à aferição dos percentuais de volume de obras e serviços realizados e aos custos empregados após a contratação de construções públicas. Quanto a procedimentos empregados quando da realização de medições,

- (A) a medição, por ser uma etapa posterior à aprovação do projeto pelo órgão licitante, será tomada com a utilização das planilhas de aditivos a partir do início da obra.
- (B) possíveis discrepâncias entre o projeto executivo e o projeto básico serão observadas ao final de todas as medições, conforme previstas no cronograma da obra.
- (C) o projeto básico, os orçamentos, as especificações e os detalhes serão referências para o conjunto de medições a serem tomadas durante a execução de obras públicas.
- (D) a medição final de uma obra não guarda qualquer relação com as apropriações de preços empregados quando da elaboração do orçamento da licitação de obras públicas.

45. “Composto por duas lâminas de alumínio com núcleo de polietileno, o painel ACM, sigla em inglês que significa *Aluminium Composite Material*, reúne vantagens, como leveza, praticidade e rapidez de montagem. É indicado, principalmente, para fachadas, mas também pode ser empregado para revestir pilares, marquises, testeiras e totens. No entanto, o bom desempenho do material depende do detalhamento preciso dos sistemas envolvidos e, claro, da correta instalação” (Cihinelli, G. Como especificar edifícios de metal. Revista PINI, junho, 2011. p. 76).

O texto acima trata de um novo material utilizado crescentemente nas construções, sistemas de placas metálicas aplicadas em fachadas ou em outros elementos construtivos. Quanto ao desempenho e às exigências para que projetistas possam especificá-los,

- (A) por se tratar de um material modulado, não é possível ser utilizado em grandes vãos de fachada, devido à pequena espessura não apresentar resistência a deformações, o que gera perdas durante a instalação e conflita com a alvenaria existente, no caso de *retrofits* prediais, tornando o material apropriado para a criação de *brises soleil* lineares e perpendiculares às fachadas.
- (B) a instalação de painéis de ACM em fachadas existentes não requer o dimensionamento de juntas entre os painéis, uma vez que os mesmos são autoportantes e não provocam o surgimento de colchão de ar entre a alvenaria e a novas superfícies, sendo, portanto, apropriadas apenas para aplicação em fachadas fechadas, ou seja, onde não se deseje qualquer tipo de ventilação entre a nova superfície e a fachada antiga.
- (C) a manutenção de fachadas de ACM em ambientes urbanos poluídos é facilitada quando da utilização de silicone nas juntas, uma vez que esse material não está sujeito ao acúmulo de partículas.
- (D) trata-se de um material crescentemente utilizado em projetos de *retrofit* predial devido a sua versatilidade de aplicação sobre a alvenaria existente, uma vez que, por sua leveza, não provoca aumento de carga para estruturas existentes, principalmente no caso de fachadas antigas que passam a ser dotadas de uma “nova” superfície de fachada.

46. O uso de sistemas de vedação com placas do tipo **gesso acartonado, parede cimentícia** ou similares, denota avanço na pré-fabricação e standardização do processo de produção na indústria da construção civil no país. Sobre o tema, é correto dizer que

- (A) o emprego de placas de gesso acartonado em vedações é adequado a planos verticais internos e externos, incluindo áreas molhadas, pois as tecnologias de impermeabilização atuais não demandam necessidade de especificação adicional.
- (B) a vedação em placas com estrutura interna aos painéis e a possibilidade de injeção de material termoisolante, em caso de especificação completa dos opcionais disponíveis, resulta em alto custo e inviabilidade geral diante da alvenaria tradicional.
- (C) esse material é crescentemente aplicável em intervenções de racionalização de instalações prediais e quando há necessidade de execução rápida, com poucos resíduos, mas demanda definição prévia da locação de pontos de força, iluminação, água e demais instalações.
- (D) não é possível instalar ferragens, prateleiras, armários fixos e outros dispositivos que impliquem em carga no caso de emprego de placas de gesso acartonado, posto que esse sistema de vedação não é projetado para receber esforços de compressão.

47. Sobre técnicas de pré-dimensionamento de estruturas prediais de pequeno e médio porte de concreto armado, pode-se afirmar que

- (A) a largura nominal de uma viga praticamente impede que este elemento estrutural seja projetado e executado em formas que resultem em dimensões menores do que 25 cm.
- (B) considerando larguras nominais usuais (de 20 a 30 cm), pilares podem ser pré-dimensionados com comprimento de seção entre 8 e 10% da distância do vão a vencer.
- (C) hoje em dia, o aumento de ferragem negativa em peças estruturais em balanço é capaz de vencer virtualmente qualquer redução de seção (largura ou altura) sem custos adicionais.
- (D) no emprego de vedações em alvenaria de blocos de concreto celular, podemos aplicar fator de redução de 20% da carga, previsto em norma, para os esforços estruturais.

48. Sobre aspectos genéricos de tecnologias de climatização e condicionamento de ar em edificações, é correto afirmar que

- (A) diante das soluções centrais baseadas em água gelada, as tecnologias *multi-split* ainda não apresentam viabilidade econômica em grandes edificações com amplos volumes internos a climatizar.
- (B) a tecnologia do tipo VRV (volume de refrigerante variável) apresenta como fator relevante, além do desempenho energético e automação, a possibilidade de grande comprimento de tubulações.
- (C) a combinação de automação associada a sistemas centrais de ar-condicionado a água gelada para grandes áreas e volumes a climatizar é solução de baixo custo e alta viabilidade econômico-financeira.
- (D) a associação entre aparelhos do tipo *split* e aparelhos de parede é solução abolida tecnicamente em projetos de *retrofit* na climatização de edificações, por representar coexistência inútil de tecnologias.

49. Sobre técnicas de pré-dimensionamento estrutural, considerando um sistema de concreto armado convencional e laje pré-fabricada mista com alvenaria em tijolos de barro de seis furos, estime o **comprimento de seção** de pilar e a **altura** de viga necessários, respectivamente, para vencer vãos modulados de 5m de comprimento, com pé direito de 3,06m; considere-se a largura de pilar e a base da viga em 25cm, para edificação de pavimento térreo e pavimento superior. Nesse caso, os resultados são

- (A) 40cm e 30cm.
- (B) 30cm e 25cm.
- (C) 55cm e 27,5cm.
- (D) 22,5cm e 27,5cm.

50. As instalações prediais, as soluções estruturais, o grau de racionalização de projeto e o custo de execução de edificações de médio e grande porte são elementos fortemente relacionados. A seguir, na

Figura 1 (página seguinte), é possível ver a planta baixa de um edifício residencial multifamiliar, em seu pavimento-tipo, projeto usado pela Caixa Econômica Federal para ilustrar exemplos de composição de custos na construção civil. Com base nesse diagrama resumido, é correto afirmar que

- (A) o partido em “H”, na habitação popular, mostra-se o mais favorável dentre as soluções convencionais, por sua extrema racionalização na disposição retangular das unidades e do bloco edificado, com o sentido longitudinal induzindo a dimensão de, aproximadamente, o dobro do sentido transversal, o que favorece trajetos racionalizados das instalações prediais.
- (B) soluções habitacionais podem ter proporções quadráticas nas unidades habitacionais, o que cria distâncias equivalentes entre seus limites, trajetos de fiações e tubulações, além de módulos estruturais regulares e reticulados; a concentração de áreas molhadas cria colunas e tubos de descida em menor número, preferencialmente instalados em armários de inspeção.
- (C) a disposição da escada em frente aos elevadores, no *hall*, racionaliza a solução estrutural para a carga excepcional de ambos, mas tende, em termos funcionais, a provocar aglomerações no ambiente e a induzir ao dimensionamento de peças estruturais com seções significativamente maiores do que aquelas das demais partes da estrutura predial, elevando o custo total.
- (D) a proporção das unidades habitacionais no formato retangular favorece o desempenho estrutural, pois, no sentido longitudinal, os módulos estruturais têm esforços isostáticos; o partido em “H” não induz à mesma proporção na escala do bloco, mas o espaço (formado pelo prisma escada/elevador) entre os apartamentos favorece a passagem de instalações.

RASCUNHO

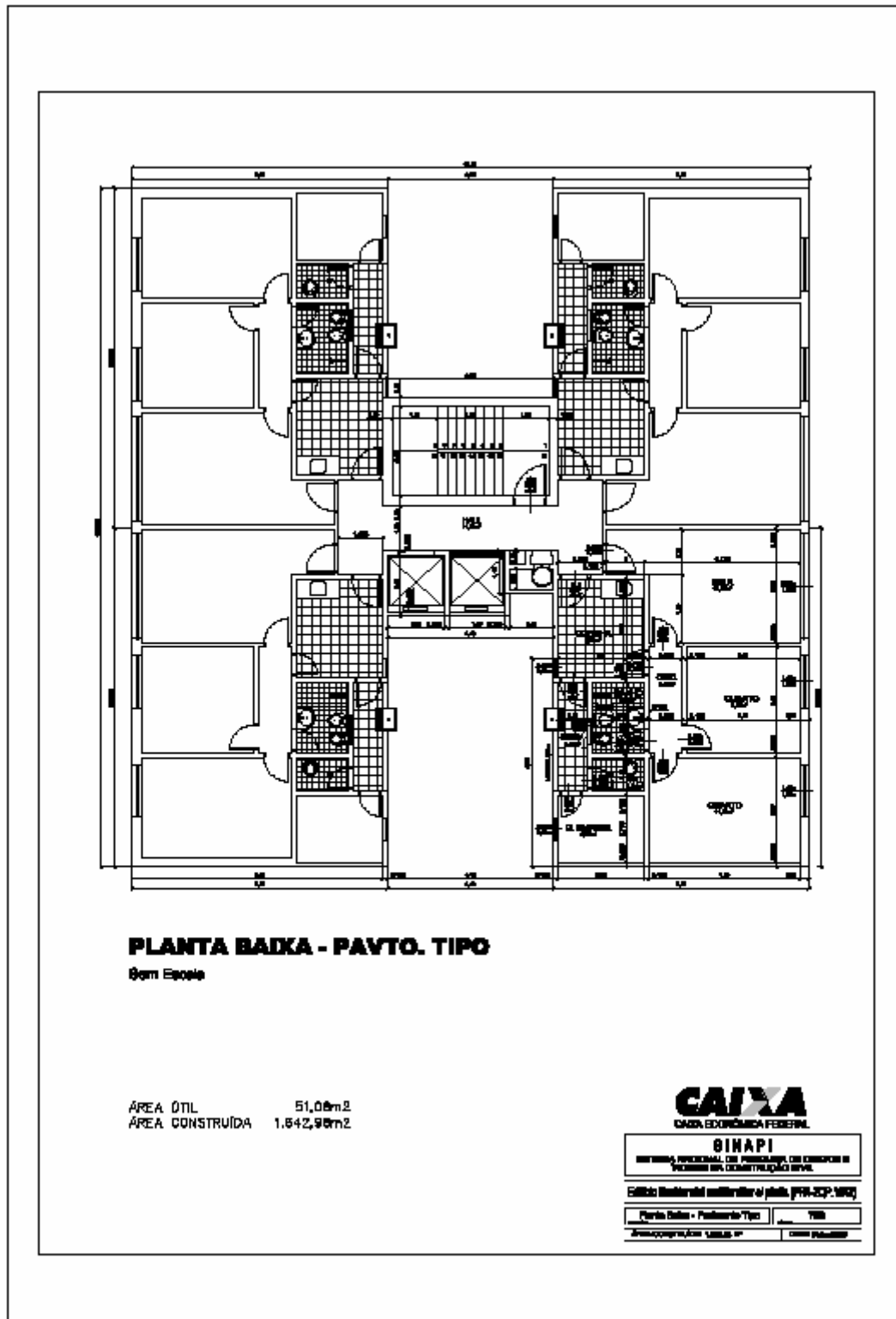


Figura 1 Esquema em planta baixa de pavimento tipo para edificação multifamiliar de uso residencial, com UH (Unidade Habitacional) de 51,08m², divulgado pela Caixa Econômica Federal no âmbito do SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil). Fonte: <https://webp.caixa.gov.br/casa/sinapi/resultados/popup_pesquisa_estado.asp?data_csf=01.07.2012&data=01.07.2012>. Acesso em: 03 set. 2012.

51. Medidas que visem evitar a infecção hospitalar em projetos de unidades de saúde incluem a instalação de equipamentos, dentre os quais,

- (A) tetos de sala de operação e similares devem ser contínuos, contraindicando-se forros falsos removíveis, pois podem desprender poeiras e partículas sobre o campo operatório; quanto à laje de forro, deve ser mista, não maciça, para poder comportar as múltiplas aberturas: luminárias, focos, anemostatos e outros.
- (B) acionamento de água em lavatórios e pias por sistema de pé, eletrônico ou outro, aconselhável pelas seguintes razões: o volante, de torneira ou registro, ao ser tocado pela mão poluída, transfere-lhe sujeira, agentes potencialmente contaminantes, suor e outros; além disso, após a lavagem, ao ser fechado o registro ou a torneira, a mão se recontamina.
- (C) em Salas de Operação e similares, superfícies salientes deverão ser evitadas, por serem coletoras de poeira; o detalhamento de esquadrias não deve recorrer ao sistema de vidro colado ao caixilho, mas sim o uso de materiais ou peças que criem um sistema de acionamento com alavancas e ancoragem com gaxetas de silicone.
- (D) o sistema de vácuo, normalmente utilizado em consultórios odontológicos, tem como característica que o aspirado (saliva, sangue, pus, água e outros, típicos de precauções universais) é drenado da boca dos pacientes à rede de esgoto por meio de mangueira comum aos demais fluxos hidráulicos, daí ser provida de dispositivo que possibilite a sua remoção para esterilização ou troca.

52. A concepção de localizar salas de cirurgia entre duas áreas de circulação internas, uma chamada de “circulação limpa” e outra de “circulação suja”, em nada contribui para melhorar a assepsia do bloco cirúrgico; pelo contrário, ela pode prejudicá-la por introduzir mais um acesso; tal solução arquitetônica é operacionalmente onerosa e sem justificativa técnica. São justificativas para a circulação única em blocos cirúrgicos:

- (A) terminada a intervenção, o operando (que se constituía em foco central de todas as atenções) conviveu e partilhou da sala, por horas a fio, com médicos, pessoal da enfermagem, material esterilizado e material sujo (campos com sangue, gases com pus, líquidos corporais e outros).
- (B) sob o aspecto bacteriológico, o “corredor sujo” é tão “sujo” ou tão “limpo” como o “corredor restrito” do centro cirúrgico; o transporte de material sujo ou contaminado, uma vez acondicionado dentro da técnica preconizada, pode circular por qualquer parte e cruzar com qualquer material esterilizado, sem risco algum, o mesmo acontecendo com relação ao cruzamento com paciente recém-operado.
- (C) a própria sala de cirurgia apresenta-se com diferentes graus de proteção bacteriológica – estéril no entorno imediato à ferida operatória, asséptica em volta da área estéril, e apenas limpa na parte restante, na qual se movimenta a enfermeira circulante que, por isso, é dispensada de “escovação”.
- (D) uma vez adequadamente planejada a circulação e o fluxo do centro cirúrgico, a duplicação do corredor passa a ser contraproducente, mesmo porque obriga também a duplicação de áreas, de portas, de circulação, de limpeza, de iluminação, de controle.

53. Considerando a regulamentação vigente no Brasil acerca do projeto arquitetônico de Estabelecimentos Assistenciais de Saúde (EAS), é correto, tecnicamente, considerar que

- (A) em instalações sanitárias para pacientes, a especificação de louça sanitária do tipo **bidê** é recomendável por questões de acessibilidade, substituindo as duchas higiênicas.
- (B) técnicas de pintura do tipo **epóxi**, embora sejam laváveis, não podem ser aplicadas no piso de áreas críticas, onde haja procedimentos, por seu desgaste e degradação.
- (C) em áreas críticas não deve haver tubulações aparentes; quando não puderem ser embutidas ou agrupadas em canaletas, devem ser protegidas de impactos e lavagem.
- (D) em consultórios indiferenciados deve haver lavatórios para higienização pré e pós-procedimentos, com água fria e água quente, exigência pouco cumprida no Brasil.

- 54.** Sobre ambientes do tipo **consultório**, em um Estabelecimento Assistencial de Saúde (EAS) no Brasil, e sobre suas características e instalações exigidas, é correto apontar que
- (A) consultórios odontológicos exigem instalações de água fria e ar-comprimido medicinal, dispensando vácuo clínico para sucção, caso não seja canalizado.
 - (B) admite-se áreas compartilhadas de apoio, como espera, recepção e sanitários, embora algumas especialidades demandem sanitários adicionais para pacientes.
 - (C) consultórios de ortopedia, por sua especificidade e procedimentos envolvendo fortes dores, demandam instalação de óxido nitroso para aplicação de gases anestésicos.
 - (D) consultórios ditos **diferenciados**, como os de oftalmologia, demandam instalações de água fria e eletricidade diferenciada, devido a equipamentos como os que utilizam *lasers*.
- 55.** São princípios corretos quanto à construção de edificações escolares de educação infantil:
- (A) na localização das entradas, é necessário prever área de espera externa junto ao alinhamento para diluir a aglomeração de pessoas que sempre se forma nos horários de entrada e saída da unidade de Educação Infantil.
 - (B) considerar a insolação e a direção dos ventos dominantes, tendo sempre em vista melhores condições ambientais nos espaços com maior número de usuários e com maior período de ocupação (salas de atividades e berçários, por exemplo), evitando-se a ventilação cruzada, devido à necessidade de aberturas em paredes opostas e em alturas diferenciadas.
 - (C) quando o espaço permitir a setorização dos conjuntos funcionais (sociopedagógico, assistência técnico e serviços), deverão ser criadas unidades estanques para favorecer as relações intra e interpessoais, além de estabelecer uma melhor compreensão da localização dos ambientes, facilitando a apropriação destes pelos usuários.
 - (D) as áreas destinadas ao preparo e ao cozimento dos alimentos devem ser reservadas e de fácil acesso às crianças, podendo-se solucionar possíveis acidentes por meio da utilização de portas pivotantes.
- 56.** Em uma escola de ensino médio, o projeto, por possuir corredores e escadas de acesso a alunos e a salas de aula, demanda avaliação quanto ao nível de adequação a **saídas de emergência**. Considerando a normatização existente no país sobre o assunto, aplicada a edificações em geral,
- (A) devem ser considerados o uso da edificação, a área de piso, a distância em relação às rotas de fuga e o cálculo de população da edificação a partir de constantes normatizadas para dimensionamento.
 - (B) recomenda-se que edificações de acesso ao público, com possibilidade de aglomeração, como escolas, possuam escadas enclausuradas, de modo a permitir rotas de fuga seguras.
 - (C) para avaliação de risco de propagação de incêndio, escadas e corredores são dimensionados de acordo com o material de execução da laje ou piso, bem como com a distância vertical entre aberturas externas.
 - (D) devem ser considerados o porte da edificação, o sistema construtivo, o percentual de aberturas nas fachadas devido à propagação do fogo e a distância em relação à saída principal da edificação.

RASCUNHO

57. Os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) são importantes equipamentos públicos para a execução de políticas de proteção e promoção social, por meio da ampla concepção de assistência e defesa social no Brasil de hoje. Considerando a concepção oficialmente difundida hoje no país acerca do projeto arquitetônico de um CRAS, é correto afirmar que

- (A) por se tratar de equipamento da área de Serviço Social, o CRAS pressupõe atendimento ao público, mas deve segmentá-lo em todas as suas etapas, desde a triagem, no protocolo e recepção, até as entrevistas de diagnose e intervenções, seja por faixa etária, por gênero ou por categoria de demanda. Nunca deve haver atividades coletivas com público variado em ambientes de atuação técnica do Assistente Social.
- (B) o perfil dos atendidos em CRAS, muitos deles ligados a questões de segredo de justiça, demanda isolamento termoacústico total dos ambientes multiusos e de atendimento bem como os das áreas técnicas em geral, com veto ao uso de telefones celulares, uma vez que Psicólogos e Assistentes Sociais mapeiam grupos e indivíduos e fazem intervenções, necessitando, portanto, de ambientes semelhantes aos de consultórios, associados a usos da segurança pública.
- (C) deve haver manutenção de sigilo e privacidade no atendimento, em entrevistas e em intervenções realizadas em ambientes de CRAS a famílias, indivíduos ou grupos atendidos. Ambientes coletivos são desejáveis para dinâmicas lúdicas e psicossociais de modo mais inclusivo, sem maiores restrições de perfil dos envolvidos quanto à faixa etária ou gênero, embora os atendidos passem por segmentações de atendimento em outras etapas.
- (D) a sala de coordenação e demais ambientes administrativos e operacionais de um CRAS devem ser rigidamente protegidos, por causa da recorrente identificação de furtos e depredação do patrimônio público, especificamente no que diz respeito a equipamentos e material de consumo. A setorização do equipamento em planta deve dispor a Coordenação de modo a garantir plena visibilidade das atividades, com planos transparentes.

58. Considerando-se parâmetros de acessibilidade arquitetônica normatizados no Brasil, avalie: tendo-se um desnível de piso de 20cm, a ser vencido por rampa de um lance contínuo de 1,00 m de comprimento, sua inclinação de rampa e situação quanto à acessibilidade será de

- (A) 20% e acessível, exigindo patamar intermediário no caso de lance de rampa com comprimento acima de 1,50m.
- (B) 1:20 e acessível, não sendo exigido número máximo de patamares intermediários no trajeto nesta inclinação.
- (C) 5% e não acessível, pois se trata de inclinação superior à máxima prevista em norma, que é de 6,67%.
- (D) 1:5 e não acessível, pois configura inclinação superior à máxima prevista em norma, em casos excepcionais.

59. Tomando o problema do dimensionamento de instalações sanitárias em edifícios institucionais e equipamentos urbanos, nota-se a divisão das baterias de banheiros por sexo (masculino/feminino); eventualmente, por faixa etária (crianças/adultos) e, por fim, para portadores de deficiências físicas, limitações ou necessidades especiais, permanentes ou temporárias. Sobre o critério de cálculo de banheiros para usuários em situação de deficiência física normatizado no Brasil, é correto afirmar que

- (A) sanitários públicos são definidos para adultos com proporção de 50 pessoas por lavatório, 50 pessoas por vaso sanitário e 50 pessoas por mictório; assim, deve haver uma cabine com vaso sanitário e lavatório quando o número de sanitários atingir a amostra estatística de 50 vasos, o que comprova a probabilidade de existência de usuário com deficiência.
- (B) para cada 50 vasos sanitários e/ou lavatórios, somados os masculinos e femininos, deve ser previsto um vaso sanitário e um lavatório adaptados a portadores de deficiência física para cada sexo. Do mesmo modo, caso haja número de vasos e lavatórios superior a 50 na edificação, deve ser previsto novos vaso e lavatório adaptados para cada 25 novos vasos/lavatórios.
- (C) um cálculo de 50 pessoas para cada lavatório, 50 homens para cada mictório, 60 homens para cada vaso sanitário e 50 mulheres para cada vaso sanitário, usual na literatura técnica, não implica em relação direta com o dimensionamento de banheiros acessíveis; deve haver pelo menos 1 aparelho sanitário por pavimento, e/ou percentual mínimo sobre o total.
- (D) o dimensionamento deve ser feito, preferencialmente, com 1 conjunto de vaso sanitário e lavatório acessível, por sexo, para portadores de deficiência física, para cada dupla de 25 vasos sanitários e lavatórios usuais, tanto masculinos quanto femininos, respeitando o mínimo de 2% do total de duplas de vasos e lavatórios usuais, previstas em projeto.

60. No caso da existência de inquérito ou ação civil promovida pelo Ministério Público para evitar a destruição de um conjunto arquitetônico tombado em nível federal e que se encontra ameaçado, devem ser observados os seguintes procedimentos:

- (A) por tratar-se de assunto de peculiar interesse do município, a aprovação dos projetos deverá ser feita pelo órgão municipal competente, sem consulta ao IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), e encaminhado ao Ministério Público.
- (B) antes que qualquer projeto de restauração, o imóvel necessita ser tombado isoladamente para que possa receber os incentivos previstos para imóveis privados na consulta ao IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).
- (C) os imóveis objeto de intervenção privada serão financiados por recursos federais conforme orçamento prévio do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), sendo o projeto acompanhado pelos órgãos competentes municipais e estaduais.
- (D) os projetos de restauração, estabilização, recuperação estrutural e segurança deverão ser encaminhados e submetidos à avaliação e à aprovação do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), que poderá acompanhar e fiscalizar os respectivos serviços.

61. Segundo a Carta Internacional sobre conservação e restauração de monumentos históricos, conhecida como Carta de Veneza, aprovada pelo Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios (ICOMOS) em maio de 1964,

Art. 9º. A restauração é uma operação que dever ter caráter excepcional. Tem por objetivo conservar e revelar os valores estéticos e históricos dos monumentos e fundamenta-se no respeito ao material original e aos documentos autênticos. Termina onde começa a hipótese; no plano das reconstituições projetuais, todo trabalho complementar reconhecido como indispensável, por razões estéticas ou técnicas, destacar-se-á da composição arquitetônica e deverá ostentar a marca do nosso tempo. A restauração será sempre precedida e acompanhada de um estudo arqueológico e histórico do monumento. p. 93. (Cury, I, (org. Cartas Patrimoniais. IPHAN, 2004, 3ª edição)

São exigências decorrentes de tal recomendação no caso de um projeto de restauração de monumento urbano do século XVIII no estado do Pará:

- (A) o desenvolvimento de um projeto de restauração exigirá uma pesquisa histórica na qual uma equipe interdisciplinar deverá ser empregada; caso contrário, a exigência da Carta de Veneza referente à reconstituição construtiva com técnicas contemporâneas não será atendida.
- (B) por trabalhar com possibilidades em meio a vestígios, o projeto de restauração demanda medições sobre o entorno do monumento, além de apropriações do plano de urbanização do entorno, que irá definir alterações na concepção estética e tecnológica do monumento com vistas a mudanças em sua estrutura e configuração.
- (C) o estudo arqueológico e histórico do monumento, ao preceder o projeto de restauração, irá subsidiar a correta utilização das técnicas e da composição estética do monumento, que deverão aproximar-se ao máximo possível das técnicas originais, para sua salvaguarda.
- (D) os materiais originais e os valores estéticos de monumentos objeto de restauração referem-se, respectivamente, à teoria que embasa a decisão da composição arquitetônica a ser utilizada e à tecnologia a ser empregada para promover uma releitura de sua importância no espaço urbano.

RASCUNHO

62. A carta de Burra, documento do ICOMOS (Austrália, 1980), distingue os termos manutenção, preservação, restauração, reconstrução e adaptação, bem como a expressão uso compatível da seguinte maneira:

- A *Manutenção* designará a proteção contínua da substância, do conteúdo e do entorno de um bem;
- A *Preservação* será a manutenção no estado da substância de um bem e a desaceleração do processo pelo qual de degrada;
- A *Restauração* será o restabelecimento da substância de um bem em um estado anterior conhecido;
- A *reconstrução* será o restabelecimento, com o máximo de exatidão, de um estado anterior, introduzindo materiais diferentes, sejam novos ou antigos; e
- A *adaptação*, sendo o agenciamento de um bem a uma nova destinação, sem a destruição de sua significação cultural.

Uma edificação datada de 1930, portadora de características modernas na sua fachada e utilizada como equipamento escolar teve sua cobertura avariada devido à má conservação de suas peças de madeira e ao desaparecimento de telhas originais. Quanto a procedimentos com vistas à salvaguarda do monumento,

- (A) deve ser elaborado projeto de reconstrução do bem de modo que se utilizem os mesmos materiais e as mesmas técnicas empregadas em sua construção, buscando recompor a forma original do bem.
- (B) deverão ser elaborados os projetos de restauração e de preservação das peças avariadas, de modo a recompor a estrutura do bem e a permitir a continuidade de seu uso.
- (C) a deterioração do bem exige um projeto de reconstrução das avarias e de manutenção para que o mesmo possa continuar sendo utilizado como equipamento escolar.
- (D) será necessária a elaboração de projeto de restauração das peças avariadas e de reconstrução das peças faltantes de modo a proceder à reparação do bem avariado.

63. A compreensão das diferenças de capacidade de mobilidade entre as pessoas passou a ser incorporada aos projetos de espaços públicos e de edificações de forma mais sistemática a partir da década de 1990, suscitando a necessidade de intervenção governamental no sentido de transformar e adequar estruturas físicas para a universalização dos direitos das pessoas em suas mais diversas condições de mobilidade. Quanto aos elementos da circulação vertical em edificações públicas,

- (A) as escadas, como parte de rotas acessíveis, devem apresentar condições mínimas de conforto e segurança, recomendando-se a utilização de piso tátil de alerta em toda a extensão da escada como forma de orientação.
- (B) a largura das rampas deve ser determinada pela altura a ser vencida, recomendando-se a largura mínima livre de 1,50m, sendo a largura mínima admissível de 1,20m e a colocação de piso tátil de alerta antes do início e após o final da rampa.
- (C) em rampas e escadas, o corrimão deve possuir alturas associadas de 0,70m e de 0,92m do piso, medidas da geratriz superior, onde a altura menor se destinada ao uso de pessoas em cadeiras de rodas e de pessoas com baixa estatura.
- (D) as plataformas de percurso vertical devem vencer desníveis de, no mínimo, 2,0m em edificações de uso público ou coletivo, e desníveis de até 4,0m em edificações de uso particular, para plataformas de percurso aberto.

64. Em relação aos padrões exigidos pela legislação federal para estacionamentos externos ou internos das edificações de uso público ou de uso coletivo, bem como nos estacionamentos localizados nas vias públicas,

- (A) deve-se prever, no mínimo, duas vagas próximas à entrada principal ou elevadores para veículos que transportem pessoa portadora de deficiência física ou visual.
- (B) as vagas deverão possuir sinalização horizontal e utilizar o Símbolo Internacional de Acesso (SIA) para diferenciá-las das demais.
- (C) as vagas reservadas devem estar vinculadas à rota acessível e interligadas aos polos de atração, devendo ficar localizadas de forma a evitar a circulação entre veículos.
- (D) as vagas de estacionamento devem prever área livre de circulação, com largura mínima de 1,50m, que pode ser compartilhada entre duas vagas.

65. Considerando-se os procedimentos para a elaboração de orçamentos de obras públicas, é correto afirmar que

- (A)** a composição de custos unitários representa o conjunto dos insumos (materiais, mão de obra e equipamentos) necessários à execução de uma unidade básica de um serviço da obra, com suas respectivas quantidades de consumo. Na sua elaboração, são considerados apenas os dias empregados pela mão de obra na elaboração de determinado serviço.
- (B)** a composição de custos é representada por uma tabela analítica onde estão inseridos todos os insumos (materiais, equipamento e mão de obra) necessários e suficientes para a execução de determinado serviço. A tabela de custos unitários deve, portanto, espelhar o valor final da obra a ser executada.
- (C)** a utilização do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, para a determinação de parâmetros de custo, refere-se a custos praticados pelas principais construtoras nacionais, com valores atualizados mensalmente para todo o país.
- (D)** o uso de planilha de serviços fundamentada em composições de custos unitários permite a criação de bancos de dados a serem utilizados na elaboração de orçamentos, o que facilita a avaliação de desempenhos, de produtividades e estabelece critérios de comparação que permitem a apropriação de custos.

RASCUNHO

66. Um profissional, arquiteto e urbanista, do quadro do Ministério Público do Estado, é chamado pela Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural para compor grupo de trabalho, assessorar e consubstanciar parecer acerca das características tecnicamente adequadas, do ponto de vista de sua formação, para a constituição de áreas livres e espaços públicos na área da Bacia da Estrada Nova, região pobre e populosa do Município de Belém, situada na sua área sul, e composta por bairros como Jurunas, Condor, Cremação, Batista Campos, Guamá, São Braz e Cidade Velha, no todo ou em parte (ver Figura 2).



Figura 2 Imagem esquemática, extraída da cartografia oficial do Município de Belém, ilustra a área da Bacia da Estrada Nova, com arruamento e escala gráfica em metros. Fonte: CODEM (Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém). **Cadastro técnico multifinalitário.** Belém: CODEM-PMB, 2000. CD-ROM. [Cartografia digital, formato *dwg*.]

Tendo em mente a presença de cursos d'água/canais na área, sua característica topográfica baixa (cotas que variam entre 15,0 metros, a Norte, e 2,0 metros, ao Sul, com predominância de até 6,0 metros) e traçado resumidamente exibido acima, considere, dentre as alternativas abaixo, aquela que se enquadra melhor tecnicamente ao contexto exposto.

- (A) As margens de canais de drenagem não devem compor o sistema de espaços livres da área, com uso de vegetação em seus taludes, pois esta medida comprometeria a eficiência da função técnica de escoamento de águas pluviais.
- (B) Em eventuais praças, canteiros e parques públicos, o emprego de vegetação forrageira e arbustiva, em áreas permeáveis, deve ser fortemente privilegiado nas cotas mais elevadas, de modo a conter alagamentos à montante.
- (C) Nessa situação, o uso de vegetação arbórea deve ser baseado em espécies de pequeno porte, adequadamente espaçadas, de modo a evitar retenção de massas de ar quente na área e, ainda assim, reforçar seu arrefecimento.
- (D) É desejável que haja distribuição de áreas permeáveis na extensão da Bacia Hidrográfica, com uso de vegetação em três níveis, para que a vegetação colabore no desempenho do sistema de drenagem e no microclima local.

67. Os altos índices pluviométricos da Região Norte e o relevo frequentemente plano de numerosas cidades do Estado do Pará representam condições físicas específicas para o planejamento, o projeto e a avaliação urbanístico-ambiental. Considerando esses fatores, podemos afirmar que

- (A) parte significativa da poluição de cursos d'água urbanos, elementos da paisagem de grande relevância econômica e sócio-ambiental na região, pode ser creditada a atividades econômicas inadequadamente localizadas e a efluentes não tratados, bem como ao escoamento superficial, carreando material nocivo, como fezes, óleos, sais e poeira.
- (B) há grande tendência de criação de áreas sujeitas a alagamentos, que devem ser tratadas com soluções de engenharia, tais como a implantação de sistemas eficientes de drenagem urbana, baseados em canaletas, galerias e canais impermeáveis, de rápido escoamento e expulsão das águas, potenciais contaminantes das áreas residenciais.
- (C) em tais sítios físicos urbanos, uma das maiores dificuldades é a de acelerar o escoamento das águas, bem como de implantar áreas públicas com uso favorável em termos bioclimáticos, o que tende a criar espaços públicos esvaziados e numerosos pontos de alagamento dispostos em função do traçado urbanístico e dos fundos de vale.
- (D) apesar da formação de áreas com retenção de águas pluviais, nota-se condição mais favorável ambientalmente do que em sítios físicos, em que as declividades mais acentuadas criam maior risco de deslizamento de terra e maior exposição à contaminação.

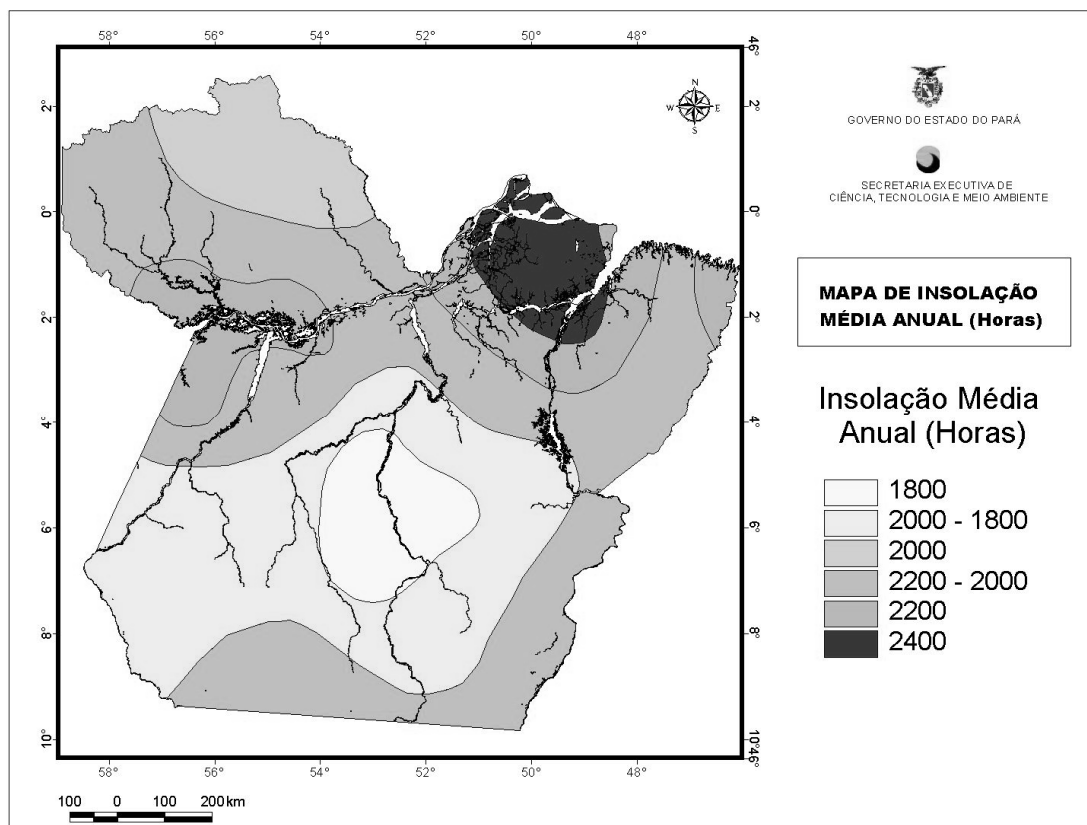
68. Previstos em lei federal, os estudos de impacto são exigências das legislações sobre edificações e urbanização no Brasil, pelo menos, desde 2001. Sobre esses instrumentos e suas variantes, é correto afirmar que

- (A) no chamado EIV (Estudo de Impacto de Vizinhança) há obrigatoriedade de se considerar apenas fatores físico-ambientais do impacto da edificação nova, como perda de ventilação/insolação, abalos estruturais e ruídos.
- (B) são previstos sete itens eventualmente extensos, que cobrem abordagens socioeconômicas e físico-ambientais, minimamente previstos em lei, e dependentes de regulamentação específica por legislação local.
- (C) a participação do arquiteto e urbanista nos grupos interdisciplinares que elaboram tais Estudos se restringe, por lei, à chamada análise de paisagem urbana, onde fachadas, cheios e vazios e composição visual são analisados.
- (D) arquitetos e urbanistas apenas participariam de tais Estudos com formação acadêmica adicional em gestão ambiental ou segurança do trabalho; se não, atuariam apenas como técnicos em aspectos de conforto ambiental.

69. A implantação de nova edificação ou espaço público no território da cidade implica, necessariamente, alterações ambientais. Pensando nesse aspecto à luz da legislação brasileira e de normas técnicas vigentes, é correto afirmar que

- (A) uma edificação construída em local que provoque alterações na cidade será objeto de análise técnica e jurídica apenas quando estas puderem ser comprovadas técnica, concreta e quantitativamente, como na existência de rachaduras em paredes, alagamentos em locais outrora secos e surgimento de vetores e pragas, por exemplo.
- (B) as alterações físicas ocorridas devem ser registradas e, simultaneamente, notificadas à autoridade competente, para compor dossiê de análise de impacto; após a composição, ao longo de período mínimo de três meses de implantação da nova edificação, torna-se possível a emissão de laudo conclusivo e posterior indenização.
- (C) alterações consideradas de natureza qualitativa, como o impacto no valor de imóvel vizinho ou a alteração de paisagem visual e cultural, não são abarcadas por legislação ou análise arquitetônica como passíveis de inclusão na avaliação do impacto de edificação, salvo em caso de bem cultural material tombado no entorno.
- (D) novas estruturas produzidas podem ser vinculadas a alterações no entorno, em aspectos quantitativos, qualitativos, físico-ambientais ou sócio-econômicos, exigindo documentação e registro confiável, bem como laudo técnico de comprovação do impacto; nesses casos, a ação arquiteto é abrangente e relevante.

70. O Estado do Pará, por suas características geográficas, possui clima quente e úmido durante todo o ano, com temperatura média anual de 27°C (segundo o portal do Governo do Estado do Pará, em *O Pará*, disponível em: http://www.pa.gov.br/O_Para/opara.asp). O **Mapa 1** mostra parte do Arquipélago do Marajó, Região Metropolitana de Belém e Nordeste do Pará em uma mancha de maior exposição à insolação, em horas. Oliveira (2010) *et al.* atestam a coexistência de índices pluviométricos dentre os mais elevados do Estado também em torno destas regiões. Com base na avaliação do clima do Estado do Pará, assinale a alternativa correta quanto aos parâmetros bioclimáticos para este tipo de clima, no que tange aos condicionantes do projeto de Arquitetura e Urbanismo.



Mapa 1 Registro de insolação média anual, por horas/ano, mostra o Estado do Pará e suas regiões com longos períodos de incidência. Fonte: Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (SECTAM). In: OLIVEIRA, L. L. *et al.* Mapas dos parâmetros climatológicos do Estado do Pará: umidade, temperatura e insolação, médias anuais, Congresso Brasileiro de Meteorologia. 2010. 7 f. Disponível em: <<http://www.cbmet.com/cbm-files/22-762cad766c70d3a4452c4afd29decb7b.doc>>. Acesso em: 03 set. 2012.

- (A) Devido ao extenso período de insolação e à sua trajetória, em ângulos de 15°/hora das 12h às 18h, recomenda-se fachadas opacas nos quadrantes Oeste, Sudoeste e Nordeste; quando houver necessidade de aberturas, estas devem ser dispostas de modo a permitir a entrada da insolação após as 16h, ângulo de 30° do sol a pino.
- (B) Recomenda-se usar fachadas alternando opacidade e transparência, com orientações controladas, sobretudo no sentido poente; angulações projetadas de modo a haver anteparo às insolações até, desejavelmente, as 16h, genericamente a 60° do sol a pino, com possibilidade de circulação de ar no sentido ascendente.
- (C) A combinação de longas horas de insolação diária com intensas chuvas provoca retenção de partículas de água no ar, o que o torna úmido e morno; deve haver arrefecimento do ar, utilizando-se materiais de baixa permeabilidade, como blocos de concreto, telhas e elementos estruturais metálicos, com grandes aberturas.
- (D) É possível tirar proveito da intensa insolação diária na região por meio do uso da **ventilação cruzada**, favorecendo aberturas nos quadrantes Sudoeste e Noroeste, de modo que o ar aquecido circule mais rapidamente pela edificação e dela seja expulso pela diferença de zonas de pressão formada pelo contraste interior/exterior.

PROVA DE REDAÇÃO

O patrimônio arquitetônico de um povo revela de algum modo seu perfil social e cultural, razão pela qual é necessário, ou mesmo indispensável, promover a preservação de conjuntos arquitetônicos e urbanísticos como forma de respeitar a história. Entretanto, preservar a memória do passado e atender aos apelos do presente nem sempre é algo simples; ao contrário, é uma tarefa de grande complexidade.

Valendo-se de conhecimentos de sua área de formação, escreva um texto dissertativo, em norma padrão da língua portuguesa, sobre o tema:

A importância da preservação do patrimônio arquitetônico

ORIENTAÇÕES GERAIS

- * O tema sugerido para Redação está relacionado à sua área de estudos. Você deve desenvolvê-lo segundo as orientações dadas no comando.
- * Sua redação deve ter no mínimo 30 (trinta) e no máximo 50 (cinquenta) linhas.
- * Textos em versos e textos escritos a lápis serão desconsiderados.
- * No BOLETIM há espaço para rascunho. No entanto, o texto definitivo deverá ser, obrigatoriamente, transcrito no FORMULÁRIO fornecido especificamente para esse fim. Em nenhuma hipótese o rascunho será considerado.

ATENÇÃO: SE VOCÊ NÃO SEGUIR AS INSTRUÇÕES RELATIVAS AO TEMA, SUA REDAÇÃO SERÁ ANULADA.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	

19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	

RASCUNHO